



Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE), presidente da CPMI.

CPMI *investigou*

Propostas de alteração no Código Penal foram aprovadas pelo Senado, mas estão paradas na Câmara dos Deputados há mais de um ano.

Uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) realizou, por mais de um ano, uma ampla investigação sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no território brasileiro. Os resultados são chocantes: diversas pessoas que deveriam defender os direitos das crianças estavam envolvidas nas redes de exploração sexual, tais como políticos, juízes, policiais, esportistas e líderes religiosos. No relatório final, a comissão sugeriu o indiciamento de 250 pessoas. A CPMI foi presidida pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE), que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A comissão foi instalada no dia 12 de junho de 2003 e votou seu relatório final em julho de 2004. As diligências constataram que a prática da exploração sexual de

crianças e adolescentes está disseminada em todo o país. A exploração sexual comercial conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratando-os como objeto de prazer ao adulto.

Mudanças na Lei

Ao longo das investigações, a CPMI encontrou crianças e adolescentes absolutamente fragilizados.

A violência sexual causa sérios impactos não só na vida das crianças como também no cotidiano de suas famílias. As crianças ou os adolescentes vitimados acabam perdendo a referência dos papéis desempenhados por quem cuida e por quem merece cuidado. Isso porque muitos meninos e meninas passam a sustentar suas famílias com dinheiro proveniente do mercado do sexo.

No relatório final, a CPMI ofereceu diversas sugestões para aprimorar as políticas públicas na área da infância e alterações legislativas que procuram resguardar os direitos das vítimas e propiciar o enquadramento criminal dos culpados. Entre as principais propostas está a mudança, no Código Penal, do conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. A senadora explica: “O Código ainda trata essa questão com base no aspecto moral. Nossa intenção é trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as pessoas”.

Outro ponto importante é o trata-

acompanha os nossos sonhos. Muitas vezes, isso nos deixa com a sensação de impotência diante dos imensos desafios que temos de enfrentar cotidianamente. Mas sabemos que as coisas estão andando, sim, estão avançando.

Enfrentamento

Só o fato de a sociedade brasileira estar mais consciente sobre a necessidade de combater esses crimes já é um ganho significativo. É evidente, entretanto, que precisamos avançar mais em áreas como a da responsabilização dos culpados e a das políticas públicas de atendimento às vítimas e de prevenção ao problema. Também precisamos

deiro projeto de vida, capaz de resgatar a sua auto-estima, a sua autoconfiança.

O futuro

Não basta incluir essas crianças em programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o Peti (*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*), embora essas estratégias sejam, sim, importantes para determinados grupos da população. O que eu defendo é que sejamos capazes de oferecer a esses meninos e meninas oportunidades para que eles possam também ter acesso, por exemplo, a cursos de capacitação e geração de renda interessantes, tais como computação,

o problema no Brasil

mento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A sugestão da CPMI classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal, cometido contra as pessoas, e não somente contra as mulheres.

Confira trechos da entrevista concedida pela senadora:

Resultado da CPMI

Uma das maiores conquistas da CPMI da Exploração Sexual foi trazer à tona um tema que estava ainda muito cercado de silêncio, preconceitos e tabus. Visitamos 22 estados, recebemos mais de 800 denúncias, pedimos o indiciamento de mais de 200 pessoas e propusemos alterações na lei e nas atuais políticas públicas. Infelizmente, porém, o ritmo da mudança nem sempre

aprovar urgentemente os projetos de lei propostos pela CPMI. As principais mudanças já foram aprovadas pelo Senado há mais de um ano (*em março de 2005*) e estão aguardando, desde então, apreciação da Câmara dos Deputados. Estamos devendo essas respostas concretas a tantos meninos e meninas que tiveram a coragem de expor seus dramas.

As crianças

Chega de fazer políticas pobres para os pobres. Precisamos ir além. Precisamos oferecer para essas crianças – além, é claro, de uma escola moderna e competitiva que seja realmente capaz de lidar com essa questão tão delicada – chances concretas para que elas possam se inserir no mundo globalizado. Essas crianças não querem apenas migalhas. Precisam de um verda-

deira, moda, artes, design gráfico, teatro, dança. Também não podemos esquecer as famílias desses meninos e meninas.

Papel das empresas

O papel da iniciativa privada nessa luta é de extrema importância. É crescente, no Brasil, a noção de que todos têm responsabilidade na tarefa de mudar este país. Empresas privadas, organizações do terceiro setor e o poder público estão se engajando cada vez mais em ações e estratégias de inclusão social. Isso é muito positivo. Quanto ao combate da exploração sexual nas rodovias brasileiras, é fundamental a participação das empresas do setor de transportes, sobretudo em ações de cunho educativo e de esclarecimento sobre a gravidade dessa questão, voltadas principalmente para os caminhoneiros.

